



**Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**  
**Educação a Distância da UFSM - EAD**  
**Projeto Universidade Aberta do Brasil - UAB**

**Especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação**  
**Aplicadas à Educação**

**PÓLO:** Sant'Ana do Livramento

**DISCIPLINA:** Elaboração de Artigo Científico

**PROFESSOR ORIENTADOR:** Volnei Matté

30/09/2009

**Educação Brasileira: Da areia da praia à tela do computador**

**Brazilian Education: From the beach to the computer screen**

**ALBECHE, Jair Gonçalves**

Graduado em História pela Urcamp de Sant'Ana do Livramento

**RESUMO**

No transcorrer deste artigo são abordadas as características da educação brasileira ao longo de sua História. Começando pelo chamado período jesuítico onde tínhamos aulas na praia, continuando com o período imperial, "Era Vargas", anos de governo militar e, enfatizando a atual era digital. Dessa forma pretende-se realizar um resgate histórico da evolução da educação brasileira até chegar ao processo de introdução da tecnologia na educação.

**PALAVRAS-CHAVE**

História, Educação, Tecnologia

**ABSTRACT**

In the course of this article discusses the characteristics of the Brazilian education throughout its history. Starting by calling the Jesuit school where we had the beach, continuing the imperial period, "Vargas Era," years of military rule and focusing on the current digital age. Thus we intend to perform a historical review of developments in the Brazilian education until the process of introducing technology in education.

**KEY-WORDS**

History, Education, Technology

## **INTRODUÇÃO**

A maioria dos educadores, pelo menos os mais atualizados, conhecem o nível de desenvolvimento tecnológico que a Educação brasileira encontra-se. Porém, é sempre importante ressaltar a situação tecnológica de nossa educação. Durante o desenvolvimento deste artigo, serão abordadas as características da Educação brasileira ao longo de sua existência, desde as aulas na praia, ministradas pelos Jesuítas aos nativos, passando pelo período imperial, governo militar, e, com uma ênfase maior na atual era digital do ensino à distância. Este artigo foi elaborado com subsídios colhidos após a leitura de diversas obras disponíveis para consulta. As obras consultadas, sempre que possível, mais de uma obra sobre o mesmo tema, foram previamente avaliadas para verificar sua confiabilidade e não incorrer no erro de seguir “cegamente” a idéia de um só autor.

O presente artigo está dividido em partes que abordam períodos significativos para a evolução de nossa educação. A realização de um resgate histórico sempre se reveste de grande importância. Além oportunizar o conhecimento àqueles que ainda não o possuem, possibilita uma reflexão sobre tudo que já foi ou está sendo realizado em termos educacionais. Nos dias atuais em que a tecnologia cada vez mais se faz presente na educação é importante para todo educador conhecer a trajetória percorrida até chegar-se ao atual estágio. Isso servirá para uma maior conscientização do grande potencial didático que se tem a disposição.

## **PERÍODO JESUÍTICO**

Pode-se afirmar que a educação no Brasil, semelhante aos moldes atuais, começou com a chegada dos missionários jesuítas. Antes disso o conhecimento entre os nativos era passado de pai para filho. Os jesuítas, ordem fundada por Inácio de Loyola, em Paris (1534), com objetivos de levar o catolicismo a novos povos e de fazer frente à expansão da reforma protestante, chegaram ao território brasileiro em 1549, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza. O líder da ordem em terras brasileiras foi o padre Manoel de Nóbrega. Porém, coube a Vicente Rodrigues a responsabilidade de ser primeiro “professor” e, durante 50 anos dedicou-se ao ensino e a propagação da fé católica.

A mais destacada atuação educacional desse período foi a do padre José de Anchieta, mestre no Colégio de Piratininga. Em São Vicente (SP), onde foi missionário, escreveu na areia o poema “**De beata virgine Dei matre Maria**”. Portanto, cabe ressaltar que a areia foi o primeiro recurso pedagógico utilizado por educador no território brasileiro. A contribuição de Anchieta não se resume a este fato, é dele o primeiro livro didático (e pedagógico) utilizado no Brasil: **A Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil**, impressa em Coimbra em 1595 por Antonio de Mariz. É a primeira gramática contendo os fundamentos da língua tupi.

O principal objetivo dos jesuítas era a propagação da fé católica e para atingi-lo dispuseram-se a ensinar os nativos a ler e escrever, pois assim poderiam ler os textos religiosos e a própria bíblia.

Bello (1998, p. 1) afirma que em 1570 haviam cinco escolas jesuítas de instrução elementar, em Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga e três colégios, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia. Nestas escolas funcionavam alguns princípios que se mantiveram por mais de duzentos anos como a unificação do método de ensino por todos os professores, ênfase na concentração e na atenção silenciosa dos alunos e um processo de ensino ligado à repetição e memorização dos conteúdos apresentados. Todos estes princípios se sobressaem na Ratio Studiorum (Ordem dos Estudos), síntese da experiência pedagógica dos jesuítas, composta de normas e estratégias, que visavam à formação integral do homem, de acordo com a fé e a cultura católica daquele tempo.

As atividades educacionais dos jesuítas não ficaram limitadas à alfabetização. Ofereciam, também, os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. Para avançar nos estudos era necessário possuir influência e recursos para custear a permanência na Europa, a fim de freqüentar a Universidade de Coimbra, em Portugal, ou a Universidade de Montpellier, na França as mais famosas da época nos campos das ciências jurídicas e teológicas e na área da medicina respectivamente.

Com a finalidade de afastar os índios dos interesses dos colonizadores, os jesuítas criaram as missões. Nessas missões, situadas em locais mais afastadas no interior do

país, os índios passavam pelo processo de catequização, eram orientados no trabalho agrícola, garantindo a índios e jesuítas uma fonte de renda. Infelizmente essa medida transformou os índios nômades em agricultores de endereço fixo, o que contribuiu para facilitar a captura deles pelos colonos.

O comportamento protecionista dos jesuítas em relação aos nativos, afastando-os dos interesses dos colonizadores causou indignação no governo português. Então, em 1759, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, então primeiro-ministro de Portugal, acusou os jesuítas de conspirarem contra o reino e os expulsou de todas as terras sob a influência de Portugal, encerrando duzentos e dez anos de educação e influência dos jesuítas no território brasileiro.

No momento da expulsão, os jesuítas mantinham 36 missões e 17 colégios e seminários. Além dos seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. Com a saída dos jesuítas, a educação brasileira vivenciou uma grande ruptura histórica em seu processo educacional – afinal de contas, o modelo jesuítico era um processo implantado e consolidado como modelo educacional em nosso país (RIBEIRO, 2005).

## **PERIODO IMPERIAL**

Depois do Período Jesuítico podemos dizer que a próxima fase relevante na educação brasileira é o Período Imperial, de 1822 a 1888. Para melhor compreensão precisamos retroceder um pouco. Em 1820, devido ao descontentamento do povo português com a demora do retorno da Família Real, teve início a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto. Isto apressou a volta de D. João VI a Portugal, fato que aconteceu em 1821. Em sete de setembro do ano seguinte, seu filho D. Pedro I declara a Independência do Brasil e, tendo como inspiração a Constituição francesa, de cunho liberal, outorga em 1824 a primeira Constituição brasileira. Em seu artigo 179, a Carta Magna afirmava e garantia a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. No entanto, a educação não era uma realidade para todos, pode-se afirmar que apenas os homens brancos descendentes de famílias com boas condições financeira tinham acesso, e um dos maiores problemas era a falta de professores.

Na tentativa de se suprir a falta de professores, em 1823 instituiu-se o Método Lancaster. Esse método de ensino mútuo, onde um aluno treinado, chamado “decurião”, ensina um grupo de dez alunos, chamados “decúria”, sob a rígida vigilância de um inspetor (LOMBARDI, 2005).

Lentamente o imperador e seus auxiliares foram tentando organizar o ensino no Brasil. Foi através de mais um Decreto que em 1826 uma nova organização educacional foi instituída. Nessa nova organização, quatro graus distintos de instrução foram criados: As escolas primárias, chamadas de Pedagogias; O ensino fundamental, chamado de Ginásios; O ensino médio, chamado de Liceus e o ensino superior, chamado de Academias.

Faz-se importante ressaltar que até 1827 as escolas eram exclusivamente para meninos. Foi somente neste ano que, através de projeto de lei, foi proposta a abertura de escolas para meninas. Além disso foram criadas escolas primárias em todas as cidades e vilas e foi previsto exame na seleção e nomeação de professores.

Graças ao Ato Adicional à Constituição de 1834 que passa para as províncias a responsabilidade pela administração do ensino primário e secundário, em 1835 surge a primeira escola Normal do país em Niterói. No entanto, para um país de proporções continentais essas medidas acanhadas não poderiam ter resultados animadores. Uma prova deste fraco desempenho foi o relatório do Ministro Paulino de Souza em 1880 à Câmara, onde lamentou o abandono da educação no Brasil. Ruy Barbosa foi outro que defendeu a liberdade do ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade de instrução (NASCIMENTO, 2008).

Em 1837 foi criado na cidade do Rio de Janeiro o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Porém, este educandário, não conseguiu se organizar efetivamente até o fim do Império para atingir objetivo proposto.

Alguns Historiadores como Joel Irineu Lohn e José Luiz de Paiva Bello escreveram que certa vez o Imperador D. Pedro II ao ser perguntado que profissão escolheria se não fosse Imperador, respondeu que gostaria de ser “mestre-escola”. Parece que mesmo

dizendo possuir afeição pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional. Pode-se afirmar que até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira.

## **REPÚBLICA VELHA**

Com o fim do Império e, um ano antes, o fim da escravatura e a conseqüente imigração em massa de povos europeus para o Brasil, ocorreu a troca do trabalho escravo para o assalariado no campo e, em alguns segmentos da cidade, ocasionando um grande êxodo rural da população negra para os centros urbanos.

A partir do início da República em 1889 a economia cafeeira teve um grande avanço, principalmente em São Paulo e em Minas Gerais. Os presidentes sempre eram dessa região e que conseguiram pôr a máquina estatal a serviço dos plantadores, gerando a expressão “política café-com-leite”.

A grande lucratividade da cafeicultura fez com que parte dos lucros obtidos fosse repassada a outros setores econômicos do País, provocando um crescimento industrial e criando a necessidade de promover a educação profissional no Brasil para as classes menos favorecidas economicamente, em detrimento aos outros tipos de ensino. Nesse período várias Leis Educacionais foram implantadas no Brasil. Esse fato ocorreu devido às novas necessidades de trabalho criadas pelo capital, tanto na qualificação profissional, agora o trabalhador necessitava de ter instrução, mesmo que básica, para poder executar o seu trabalho, como também para que se disciplinasse a classe que seria colocada a serviço do capital, ou seja, como trabalhadores aptos ao trabalho, que naquele momento tornava-se necessário (TENÓRIO, 2009).

A Constituição da República, promulgada em 1891, instituiu o sistema federativo de governo e reconheceu a autonomia dos Estados para elaborar suas próprias leis sobre a educação em alguns graus de ensino. Esta Constituição, também reservava à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados, além de prover a instrução secundária no Distrito Federal. Desse modo, concedia aos Estados da Federação a competência para prover e legislar sobre a educação primária. “Na prática, à

União cabia criar e controlar a instrução em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal. Já aos estados era atribuído o controle do ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia também as escolas normais de nível médio para moças e escolas técnicas para rapazes” (ROMANELLI, 1978, p. 41).

Como ressalta Tenório (2009, p 1), houve durante os primeiros períodos do século XX, projetos de educação profissional diferentes dos propostos pelo Estado e classes dominantes. Esses projetos foram executados por alguns sindicatos, que na época eram chamados de reuniões e que, embora não atingissem uma grande parcela dos trabalhadores, realizaram um trabalho educacional que se diferenciava dos moldes e projetos vigentes. Visto que não eram regulamentados, portanto, não seguiam as determinações impostas através de leis educacionais resoluções impostas e/ou propostas pelo Estado.

Quando Getúlio Vargas assume o poder em fins de 1930 cria através do decreto nº 19.402, de 14/11/30, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Francisco Campos, que de imediato executa a reforma conhecida como Reforma Francisco Campos, que se tornou efetiva através de uma série de decretos. Estabelecia, entre outras medidas, definitivamente o currículo seriado; a frequência obrigatória; dois ciclos (um fundamental outro complementar), que se constituíam em pré-requisitos para o ensino superior.

## **GOVERNO MILITAR**

Durante a administração dos militares, que começou no ano de 1964 e estendeu-se até 1985, a sociedade brasileira, principalmente a classe trabalhadora, viu-se privada de algumas necessidades. Essa circunstância decorreu da ideologia adotada pelo governo e das características do capitalismo que pregava um crescimento econômico, mesmo que para isso fosse necessário sacrificar algumas classes.

Na área educacional, pode-se afirmar que o Estado Militar atuou no âmbito da escolarização direcionando-a para a tentativa de desenvolver uma mão-de-obra

qualificada necessária à indústria nascente. Desta maneira, ocorreram algumas reformas como a Reforma do Ensino Superior em 1968 e a Reforma do Ensino Primário em 1971.

O discurso do Regime Militar sempre foi de exaltação e valorização da educação, entendendo que esta seria uma via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte. A participação da sociedade civil não era permitida, evitando possíveis mobilizações para modificar a estrutura de ensino até então vigente (ALMEIDA, 2008).

Num primeiro momento, os militares primaram pela valorização e pela necessidade de incentivos ao desenvolvimento educacional do país, posteriormente, no entanto, o Estado destinou poucas verbas para área da educação pública e, de certa forma, estimulou setores privados, facilitando e direcionando para uma política de privatização do ensino.

O governo tinha uma preocupação de manter o controle político e ideológico no ambiente das universidades que foram centros de desenvolvimento do saber e de uma racionalidade crítica. É justamente no período de maior rigidez que foi criada a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. Esta lei tinha como objetivo dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Adequando-se desta maneira aos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico" e outros que também faziam parte do plano de fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira. Anteriormente a Lei de Diretrizes e Bases 5692 / 71 havia o Decreto 477 de 26 de fevereiro de 1969 que basicamente apenas definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular.

A Lei de Diretrizes e Bases 5692 / 71 tratava entre outros temas do ensino de 1º e 2º graus, seu objetivo, peculiaridades, constituição e duração.

#### CAPÍTULO I - Do Ensino de 1º e 2º graus

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

.....

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

.....  
Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.

.....  
Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades. (Lei de Diretrizes e Bases 5692 / 71)

O objetivo principal da administração militar era erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional. Nesse contexto, foram assinados os chamados “Acordos MEC/USAID”. A partir das orientações desses acordos, dos relatórios do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e do Relatório Meira Matos foram realizadas as reformas educacionais. Com as reformas foram encerrados os movimentos de alfabetização baseados no método crítico desenvolvido por Paulo Freire, no qual a educação aparecia como “prática da liberdade”. Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Rotular a educação que ocorre durante um regime autoritário de “educação autoritária” é injusto com os profissionais de ensino que lutaram no dia a dia da melhor maneira possível. A urbanização do país pedia pelo crescimento da rede física escolar, e foi o corpo docente que pagou a conta desta expansão, com o rebaixamento de seus salários e a duplicação ou triplicação da jornada de trabalho. (ALMEIDA, 2008, p 3).

As tentativas de erradicação do analfabetismo não obtiveram o êxito desejado. Além do MOBREAL foram criados outros programas, como o programa de Alfabetização Funcional e o de Educação integrada. Foram acrescentadas competências referentes às quatro primeiras séries iniciais, expandindo o papel do Mobral. Foi criado o Programa Mobral

Cultural, com fins de propagar a cultura ao povo brasileiro permitindo acesso dos estudantes a manifestações artístico-culturais, pretendia-se difundir uma imagem positiva do projeto a população.

Em 1973 surge o programa de profissionalização, estabelecendo parcerias com entidades privadas buscando profissionalizar a educação, percebendo-se uma grande preocupação em promover um ensino técnico, voltado para o desempenho de uma função específica. Surge o Programa de Autodidatismo que visava tornar os alunos “construtores do seu próprio saber”, destinados a alunos de comunidades, pretendia seu retorno a rede regular de ensino. A formação dos professores durante o período militar restringiu-se a instruir o professor técnico, não dando muita atenção aos aspectos pedagógicos da educação (ALMEIDA, 2008, p 3).

## **TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO**

Em termos de produção tecnológica o fato considerado o “divisor de águas” é a Revolução Industrial. Antes dela, desde a pré-história, o homem inventou instrumentos de forma empírica. Podemos dizer que a Revolução Industrial é fruto da expansão das atividades de navegação e comércio, do movimento de formação dos estados nacionais europeus, da reforma religiosa, do iluminismo, do renascimento. Esta conjuntura acarretou numa mudança conceitual de homem, relações sociais e de trabalho, que determinaram uma nova forma de pensar a educação.

A partir da Revolução Industrial o desenvolvimento do conhecimento científico contribuiu para uma mudança pensamento humano, alçando-o a um novo patamar e, dessa forma, produzir inovações tecnológicas. O homem utiliza-se da tecnologia como uma linguagem para comunicação. Neste aspecto podemos considerá-la como uma construção social que constantemente se realiza e se amplia. Dessa forma ela presta-se para a transformação das relações sócio-econômicas e culturais.

Moraes (1997) afirma que as primeiras iniciativas de utilização da tecnologia na Educação tiveram suas raízes plantadas na década de setenta. Mais precisamente no ano de 1971, quando pela primeira vez discutiu-se o uso de computadores no ensino de Física, num seminário promovido em colaboração com a Universidade de Dartmouth/USA. Ela baseia

sua afirmação no livro “Projeto EDUCOM”, que é um documento referencial de resgate da história e consolida os diferentes fatos que caracterizam a cultura de informática educativa existente no país.

Coube ao Ministério da Educação tomar a dianteira do processo de modernização, acreditando que o equacionamento adequado da relação informática e educação seria uma das condições importantes para o alcance do processo de informatização da sociedade brasileira. A partir desta visão, em 1982, o MEC responsabiliza-se pela elaboração de instrumentos e mecanismos necessários ao desenvolvimento de estudos e o encaminhamento do processo de modernização. Para tanto, colocou-se à disposição para implementação de projetos que permitissem o desenvolvimento das primeiras investigações na área. Ainda no ano de 1982, as primeiras diretrizes ministeriais para o setor foram elaboradas. Essas diretrizes, estabelecidas no III Plano Setorial de Educação e Cultura, referiam-se ao período de 1980/1985 e serviam para direcionar e respaldar a utilização das tecnologias educacionais e dos sistemas de computação. Foram enfatizadas as possibilidades desses recursos colaborarem para a melhoria da qualidade do processo educacional e ratificada a importância da atualização de conhecimentos técnico-científicos.

Em termos de Brasil, a primeira instituição a utilizar-se do computador em suas atividades acadêmicas foi, segundo os registros do Projeto EDUCOM, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este pioneirismo ocorreu através do antecessor do Núcleo de Computação Eletrônica, o então chamado Departamento de Cálculo Científico, criado em 1966. Uma ressalva importante a ser feita é que nessa época o computador era utilizado como objeto de estudo e pesquisa. Esta realidade ocasionou a inclusão de uma disciplina voltada para o ensino de informática. No meio acadêmico, o uso da informática como tecnologia direcionada para a área educacional, ocorreu em 1973 no Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde e o Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o desenvolvimento de simulações para as avaliações da disciplina de Química.

Em 1973 também surgiram as primeiras iniciativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, suportadas por diferentes bases teóricas e linhas de ação. Segundo o documento anteriormente citado, o primeiro estudo utilizava terminais de teletipo e display num experimento simulado de Física para alunos do curso de graduação. Destacava-se

também o software SISCAI, desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados (CPD), voltado para a avaliação de alunos de pós-graduação em educação. Estas e outras experiências foram sendo realizadas até 1980, utilizando equipamentos de grande porte. O computador era visto como recurso auxiliar do Professor no ensino e na avaliação, enfocando a dimensão cognitiva e afetiva ao analisar atitudes e diferentes graus de ansiedade dos alunos em processos interativos com o computador (MORAES, 1997).

Ainda no final da década de 70 e princípios de 80, novas experiências surgiram na UFRGS apoiadas nas teorias de Jean Piaget e nos estudos de Papert, destacando-se o trabalho realizado pelo Laboratório de Estudos Cognitivos do Instituto de Psicologia – LEC/UFRGS, que explorava a potencialidade do computador usando a Linguagem Logo. Esses trabalhos foram desenvolvidos, prioritariamente, com crianças da escola pública que apresentavam dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e cálculo, procurando compreender o raciocínio lógico-matemático dessas crianças e as possibilidades de intervenção como forma de promover a aprendizagem autônoma dessas crianças (MORAES, 1997).

Em dezembro de 1981, foi divulgado um documento denominado "Subsídios para a Implantação do Programa Nacional de Informática na Educação". Este documento foi a apresentação do protótipo do modelo de funcionamento de um futuro sistema de informática na educação brasileira elaborado pela equipe intersetorial. O texto deste documento recomendava a centralização das iniciativas nacionais nas universidades e não diretamente nas secretarias de educação. Essa recomendação foi baseada na necessidade da construção de conhecimentos técnico-científicos e, de uma posterior discussão com a comunidade nacional. Dessa forma, buscava-se a criação de centros formadores de recursos humanos qualificados, capazes de superar os desafios presentes e futuros então vislumbrados.

O documento supracitado destacava a necessidade de combinação adequada dos fatores de produção em educação, de forma a viabilizar um sistema de ensino realmente adequado às necessidades e realidades regionais, com flexibilidade suficiente para o atendimento às situações específicas, ao aumento da efetividade no processo de ensino-aprendizagem, à elaboração de uma programação participativa a partir dos interesses do usuário. Acreditava-se que desta forma estaria sendo garantido o impacto motivacional do

programa e o emprego de metodologias inovadoras capazes de melhorar a qualidade da educação brasileira. A proposta era ampliar e acumular o máximo de conhecimento na área através da realização de pesquisas para a capacitação do país, desenvolver softwares educativos de acordo com os valores culturais, sócio-políticos e pedagógicos da realidade brasileira, e a formação de recursos humanos de alto nível.

Com a criação do Centro de Informática do MEC em novembro de 1982, a responsabilidade da implementação, coordenação e supervisão técnica do Projeto EDUCOM passa para o recém criado centro, e o MEC assume a dianteira do processo de informatização da educação brasileira, buscando organizar-se para o cumprimento de suas novas obrigações. O governo argumentou que a informática na educação tratava de questões de natureza pedagógica relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, envolvendo escolas públicas brasileiras e universidades, na busca de subsídios para uma futura política para o setor educacional, e que a transferência do Projeto EDUCOM para o MEC fazia-se necessária. Além disso, a questão financeira também pesava nessa decisão (ALMEIDA, 2008).

Quando o Governo Militar chegou ao fim, em março de 1985, a administração federal passou a sofrer significativas mudanças funcionais e, em conseqüência também sofreu alterações de orientação política e administrativa. Uma dessas alterações foi o processo de desmonte do Centro de Informática Educativa do MEC (CENIFOR) iniciado pela nova administração da Fundação de Televisão Educativa (FUNTEVÊ/MEC), relegando os centros-piloto do Projeto EDUCOM a uma situação econômica difícil e insustentável, sob a alegação de que não havia interesse na pesquisa (MORAES, 1997).

De acordo com Carvalho (2001), a partir de maio de 1987 a responsabilidade de conduzir as ações de informática na Educação, coordenar e supervisionar tecnicamente o Projeto EDUCOM passa para a Secretaria de Informática do MEC. No entanto, os recursos financeiros não existiam. Somente em julho de 1987 foram transferidos recursos para as entidades gestoras dos centros-piloto. A partir de então, viu-se a possibilidade de uma aceleração no desenvolvimento do setor, já que o secretário-geral do Ministério apoiou e demonstrou interesse no projeto. Devido a necessidade de elaboração de um plano estratégico para a área foi iniciado um novo período de consultas à comunidade. Essa necessidade fez com que fosse realizada a Jornada de Trabalho de Informática na Educação, em Florianópolis, em novembro de 1987, que contou com a participação de

profissionais envolvidos com a pesquisa e produção na área, bem como com profissionais de escolas e empresas que atuavam no setor. Como resultado desse profícuo encontro foi produzido um documento com recomendações para formulação da política trienal para o setor, posteriormente submetida à aprovação do Comitê-Assessor do MEC.

O fato do país não dispor de conhecimento técnico-científico na área de Informática na Educação fez com que o Ministério da Educação optasse por iniciar as atividades desenvolvendo pesquisas nas universidades, para posterior disseminação de seus resultados, mediante capacitação dos professores dos sistemas estaduais de ensino público. O início da capacitação dos professores foi feito pelo Projeto FORMAR, através da UNICAMP e que contou com a colaboração dos vários centros-piloto do Projeto EDUCOM. Os professores formados tiveram como compromisso principal projetar e implantar, junto à secretaria de educação que o havia indicado, um Centro de Informática Educativa – CIEd, a ser implementado mediante apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação que, por sua vez, não pretendia impor mecanismos e procedimentos, apenas oferecer o devido respaldo técnico-financeiro necessário à consecução dos objetivos colimados (MORAES, 1997).

Os Centros de Informática Educacional tinham como função a coordenação da implantação de outras unidades e a capacitação de pessoal para a implementação das atividades nos estados. Dezesete CIEd foram implantados nos estados durante os anos de 1988 e 1989, transformando-se em ambientes informatizados destinados a aprendizagem. A integração era feita por grupos interdisciplinares de educadores, técnicos e especialistas mediante o uso de softwares para a aplicação da informática na educação.

A preocupação do Ministério da Educação com a necessidade da formação de professores permanecia em 1990. Tanto que aprovou o 1º Plano de Ação Integrada – PLANINFE. O pensamento recorrente era de que as mudanças só ocorreriam se estivessem embasadas num intensivo e competente programa de capacitação de profissionais que envolvesse as universidades, as secretarias, as escolas técnicas e as empresas como o SENAI e o SENAC.

A comunidade educacional brasileira, muito provavelmente pela falta de tempo e oportunidade, nem sempre se dedica a realização de levantamentos estatísticos na área,

e isso ocasiona uma certa falta de informações levando a pré-julgamentos e desconhecimento de dados, experiências e trabalhos em andamento e da realidade nacional. No entanto, muita coisa foi realizada no país na área de informática na educação. A busca pela criação de ambientes de aprendizagem baseados na experimentação por parte de professores e alunos do processo pessoal e coletivo de aprendizagem, utilizando as novas ferramentas oferecidas pela cultura atual foi o objetivo do modelo de informatização da educação brasileira proposto pelo Ministério da Educação até 1995.

Nota-se que a grande preocupação da comunidade educacional, seja através da pesquisa, da formação de recursos humanos ou da criação dos diferentes centros e subcentros, foi encontrar um novo paradigma educacional que possibilitasse saber o caminho para mudanças mais consistentes no ensino e no aprendizado.

Em 1996 foi sancionada uma nova Lei de Diretrizes e Bases, estabelecendo muito mais liberdade ao ambiente escolar.

#### TÍTULO I - Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

.....

#### TÍTULO II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;.(Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996)

A partir de 2003 com uma nova ideologia política administrando o país, muitas emendas, leis complementares e medidas provisórias direcionadas à educação foram emitidas na tentativa de direcionar a educação para o atendimento da necessidade da indústria.

De forma semelhante ao que ocorreu em 1942, o governo conduz-se para o terreno das reformas parciais, antes que para uma reforma integral que, neste momento, equivaleria à reapropriação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na perspectiva defendida nos anos de 1980, cujo princípio básico era o direito à educação laica, gratuita, de qualidade, politécnica e de formação omnilateral. Não há como não se perceber um paralelo entre a organização do ensino nas reformas de 1942 e o Programa Escola de Fábrica, por exemplo. Naquele momento, o ensino industrial das “escolas de aprendizagem” foi organizado pela Lei Orgânica do Ensino Industrial. A preocupação do governo era engajar as indústrias na qualificação de seu pessoal, além de obrigá-las a colaborar com a sociedade na educação de seus membros (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 19).

A tentativa de suprir a indústria com pessoal especializado, fomentando assim seu desenvolvimento, não foi bem sucedida. Ao que tudo indica esse fracasso deve-se a falta de instituições de ensino com profissionais e equipamentos adequados à sua finalidade.

Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para equipá-lo adequadamente (ROMANELLI, 1997, p. 155).

Atualmente, o uso das tecnologias na educação proporciona novas relações de trabalho pedagógico. Precisamos ter claro esse potencial metodológico, que através da mediação do professor oportunizam melhoria da qualidade social da educação. As inovações tecnológicas da atualidade devem ser entendidas como mediações instrumentais, materializadas, pois o processo intelectual não é meramente subjetivo por ser construído nas mediações sociais em contexto sócio-econômico e histórico cultural concreto.

O excessivo individualismo e a competitividade entre os elementos construtores do conhecimento não permitirão que sejam alcançados bons resultados. A busca por esse conhecimento, através da mediação tecnológica, necessita que o trabalho seja desenvolvido de forma coletiva e solidária para ter qualidade social e causar uma transformação na sociedade. A tarefa docente tem que conter um sentido para a tecnologia.

Ao professor não basta ter posse de equipamentos de última geração e dominar seu uso com maestria. Ele deve problematizar, mediar, inovar, transformar os conhecimentos científico. Para desempenhar tantas tarefas complexas este profissional deve estar muito bem capacitado.

É fundamental que a escola, o professor e o aluno, tenham clareza de quais são os fins ou os motivos da atividade de ensino e de aprendizagem, contextualizem seus objetivos, definam as ações e procedimentos necessários para a consecução desses fins e considerem os objetos ou recursos disponíveis (tecnologias) para o trabalho escolar, partindo de uma análise crítica da realidade, criando condições para a formação da consciência crítica comprometida com a transformação da sociedade.

Interatividade, talvez seja uma das palavras mais ouvidas nesta era digital em que vivemos. Afinal, milhões de pessoas de idades e classes sociais distintas e de as mais variadas regiões do mundo, utilizam ferramentas online como Orkut, Hi5, MSN, Twitter, entre outras, para comunicar-se e socializar-se. Pode estar aí o segredo para atrair o aluno para a busca do conhecimento, criar Ambientes Virtuais de Aprendizagem semelhantes às plataformas de relacionamentos e socialização para unir professores e alunos, num único ambiente virtual. Não podemos esquecer que há a necessidade de agregar material didático para justificar a sua natureza educacional e para, realizar essa que parece ser a grande façanha do computador e da internet, democratizar a informação.

A flexibilidade que a Educação à distância proporciona é muito grande. Cada pessoa possui um ritmo de vida diferente, com rotinas e hábitos distintos. Os Ambientes Virtuais permitem que cada um estude no horário e local mais conveniente traz um aumento no número de horas dedicadas ao aprendizado, bem como uma maior qualidade no estudo.

Talvez por essa razão os cursos de Educação à Distância estejam em pleno crescimento. Dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e à Distância de 2008 mostram que em 2006 os investimentos das empresas não chegaram a 5%, subindo para 26% no ano seguinte, e a perspectiva para 2008 era de investir 56% em treinamento à distância.

Historicamente é praticamente impossível acontecer uma evolução sem relação com outros fatos. Com a Educação a distância (EaD) não poderia ser diferente. Seu surgimento e evolução no Brasil são marcados pelo aparecimento e expansão dos meios de comunicação. Num primeiro momento, mais precisamente em 1904, a EaD era realizada através do ensino por correspondência, prestados por instituições privadas que ofereciam educação não-formal, por meio de cursos profissionalizantes em áreas técnicas. Este tipo de educação teve o seu ápice em 1939, com a criação do Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro em 1941.

Posteriormente, utilizou-se das transmissões radiofônicas como forma de ampliar o acesso à educação com destaque para Roquete-Pinto, criador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão. Logo surgiram outras entidades que acabaram criando núcleos de EaD, usando o ensino por correspondência e via rádio como metodologia, entre eles a Fundação Padre Landell de Moura fundada em 1957, a Ocidental School, de origem estadunidense, fundada em São Paulo em 1962, e o Instituto Brasileiro de Administração fundado 1967 (NUNES, 2009).

Com o advento das transmissões televisivas, nas décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não governamentais ofertaram cursos supletivos a distância, com aulas via satélite complementadas por apostilas no modelo conhecido como teleducação.

Por fim, as Instituições de Ensino Superior mobilizam-se para a EaD com o uso de Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação. Na década de 1990 quando tem início a expansão da Internet no ambiente universitário e surge a primeira legislação específica para educação a distância no ensino superior há uma expansão da EaD. (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2008).

Atualmente a EaD tem sido intensamente discutida no cenário acadêmico, nacional e internacional, em função da necessidade da democratização do ensino, visando os direitos de acesso irrestrito à educação e à cultura de todo ser humano, da formação continuada, e da superação dos impedimentos sociais e pessoais (distância geográfica, disponibilidade de horário, compromissos familiares e profissionais, etc.). A incorporação nas Universidades das novas tecnologias e recursos informacionais tem proporcionado à implantação e intensificado a implementação dos programas de EaD (NUNES, 2009).

O primeiro registro de Universidade Aberta que se tem no mundo data de 1969 na Inglaterra. A ideia de uma Universidade Aberta foi lançada em 1926 pelo educador e historiador J.C. Stobart, originando mais tarde muitas outras propostas. No ano de 1963 ocorreu o lançamento da Universidade do ar (University of the air), evoluindo mais tarde para Universidade Aberta (Open University).

No Brasil, a Universidade Aberta foi criada em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação. Seu principal propósito era a capacitação de professores da educação básica. O primeiro edital da UAB, lançado no ano de 2005, permitiu a implantação da primeira etapa da rede de pólos de apoio presencial e cursos ofertados por universidades federais. Durante o período de implantação foram sendo adaptadas as medidas cabíveis para a oferta dos cursos superiores na modalidade a distância como modelos básicos para programas pedagógicos, validação de diplomas, credenciamento de instituições, autorização dos cursos, capacitações de profissionais especiais, níveis de cooperação entre instituições e pólos, dentre outros aspectos (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, 2008).

Apesar do processo de adaptação ainda encontrar-se em andamento o sucesso do programa parece não estar comprometido. No momento, uma nova etapa está em andamento, a de ampliação da rede UAB. Com a publicação do segundo edital espera-se que serão abertos mais de 250 novos pólos e mais de 30 mil novas vagas.

Cada vez mais a tecnologia alia-se à educação possibilitando aos jovens aprender num ambiente onde já estão acostumados a passar várias horas “navegando”. Com isso, as instituições de ensino estão atualizando-se para fazer da Internet um instrumento de aprendizado e pesquisa.

Com a invenção do computador, os educadores depararam-se com um desafio: Desenvolver aulas em que o rendimento seja maior e a aprendizagem mais rápida (Gadotti, 2000).

Quando falamos em educação falamos de desenvolvimento humano, e, sob este ponto de vista podemos afirmar que estamos a todo vapor na era do conhecimento. Os avanços tecnológicos têm evoluído de maneira muito rápida em todas as áreas. Sendo assim, as informações chegam numa dimensão volumosa que se torna impossível acompanhar. Em nenhum momento a relação do ser humano com o outro pode ser sobrepujada, pois é sobre este foco que o conhecimento é construído e trata-se do aspecto mais importante. A tecnologia será utilizada como ferramenta para atuar e significar o processo de construção de habilidades que levarão o educando a ser um indivíduo presente na sociedade moderna. Torna-se necessário transformar a sala de aula num ambiente interativo, facilitador da aprendizagem, uma espécie de bolha no espaço-tempo que leve a classe a navegar pela história da humanidade, pelas galáxias e pelos mundos microscópicos, onde calcular e argumentar sejam as ferramentas de interação lúdica entre os alunos e seus objetos de reflexão e pesquisa. Várias técnicas podem ser aplicadas para se alcançar a situação acima descrita (vídeos, jogos, arte dramática e maquetes). No entanto, nos dias atuais há uma escassez de recursos financeiros e de tempo para realização bem sucedida das tarefas. Nesse momento, entra em cena o computador, reunindo todas as possibilidades. Nele podemos trabalhar com a escrita e com os números, com a imagem e com o som, simular fenômenos, brincar com jogos, conectar outros países, ou seja, uma enorme gama de possibilidades só limitada pela imaginação. Apesar desse enorme potencial, ainda encontramos um número considerável de computadores em uso administrativo nas escolas ou servindo puramente para o ensino de informática, desprezando-se assim suas possibilidades educacionais. Em certas localidades há uma grande resistência em usar o computador dentro da sala de aula como um instrumento cotidiano do ambiente de estudo. O professor que usa o computador para instigar a pesquisa por parte dos alunos, faz com que essa pesquisa não termine na sala de aula. Estimulados pelo professor a turma prosseguiria os trabalhos em casa.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las

e avaliá-las. Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam idéias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo (GADOTTI, 2000).

O mérito das simulações feitas em computador é o exercício das situações da vida real, desenvolvendo a habilidade de pensar criticamente. É nesta direção que escola deve voltar seu esforço por tratar-se da aplicação mais importante da tecnologia na educação.

Para que a simulação alcance seus objetivos é necessário que haja tomada de decisões por parte dos alunos. Nesse momento surge uma série de indagações sobre a resolução do problema. O professor atento deve encorajar os alunos a fazerem conexões com eventos externos ao mundo da simulação, descobrindo a ligação entre a situação vivida e os conteúdos curriculares. Como podemos perceber o uso do computador não é tão simples como possa parecer, os questionamentos e situações que deverão surgir na classe poderão fugir dos limites curriculares, exigindo, dessa forma, um professor bem preparado, investigativo e com boa dose de dinamismo.

## **CONCLUSÃO**

Acompanhamos ao longo deste artigo que o papel do Professor é cada vez mais importante e necessário. Apenas mudou a forma de atuação, se no começo da Educação brasileira o trabalho resumia-se a escrever na areia para seus alunos, hoje ele é bem maior que esse, e envolve o domínio de modernas tecnologias que auxiliam e facilitam seu desempenho. Porém, exigem uma boa preparação e uma boa gama de conhecimentos técnicos.

Conhecer e saber utilizar a tecnologia em prol do desenvolvimento de uma educação de qualidade é uma necessidade essencial do educador moderno. Não menos importante deve ser a preocupação dos educadores de entender o processo de construção desta realidade, pois, para chegar ao que se tem hoje um longo caminho foi percorrido, muita gente trabalhou duramente, sacrificando horas de seu tempo, expondo-se a perseguições pelo engrandecimento educacional do Brasil.

No ritmo agitado do dia-a-dia da vida moderna é difícil pararmos para refletir como o presente formou-se. Este artigo propiciou essa reflexão, acompanhando diversas fases da educação brasileira através de um resgate histórico, facilitando a compreensão por utilizar-se de uma linguagem simples e direta. Não trata-se de uma idolatria a vultos do passado e sim um reconhecimento ao árduo trabalho de educadores como nós, que tiveram uma excelente visão de futuro e coragem para executá-la.

É interessante percebermos que o mestre não perdeu seu espaço, pois é difícil imaginar o aprendizado sem a figura do Professor. Sempre haverá função para ele, basta que esteja bem preparado e atento às mudanças de comportamentos dos alunos e às inovações tecnológicas, seja na areia da praia ou na tela do computador.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Celso de. Educação Básica durante O Regime Militar no Brasil. Cavaleiro da História, mar. 2008. Disponível em:<<http://celsodealmeida.blogspot.com/2008/03/educacao-bsica-durante-o-regime-militar.html>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

BELLO, José Luiz de Paiva. História da educação no Brasil. Pedagogia em foco, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em:<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 24 nov. 2009.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm) >. Acesso em 24 nov. 2009.

DE CARVALHO, Rose Mary Almas. Tecnologias da informação e da comunicação e a escola pública: Relato de uma experiência. Goiânia, 2001. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12)>. Acesso em: 16 ago. 2009.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e História da educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, vol 11, n. 32, ago. 2006. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 jun. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido, Educação & Sociedade, Campinas, vol.26, n.92, out. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000300017&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000300017&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 24 nov. 2009.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Scielo, São Paulo, vol.14, n.2, jun. 2000. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 set. 2009.

LIMA, Katia Regina Souza. Reforma da educação superior do governo Lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?, UERJ, 2004. Disponível em: [www.anped11.uerj.br/27/Katia%20Souza%20Lima.rtf](http://www.anped11.uerj.br/27/Katia%20Souza%20Lima.rtf). Acesso em 26 nov. 2009.

LIMA, Lauro de Oliveira. Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. Pedagogia em foco, Rio de Janeiro. Disponível em:<[www.pedagogiaemfoco.pro.br/per10h.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per10h.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2009.

LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval. A escola pública no Brasil: História e Historiografia. Coleção Educação Contemporânea, Campinas, 2006. Disponível em:<<http://books.google.com/booksJC+Lombardi,+D+Saviani>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

MORAES, Maria Candida. Informática Educativa no Brasil: Uma História Viva, Algumas Lições Aprendidas. São Paulo, 1997. Disponível em:<<http://edutec.net/Textos/Alia/MISC/edmcand1.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional. Campinas, 2006. Disponível em:<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo\\_imperial\\_intro.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html)>. Acesso em: 13 jun. 2009.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. História intelectual e História da educação. Revista Brasileira de Educação, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a12v11n32.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

NUNES, Jorge Ramos. História da EaD no Brasil, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.polouab.com/2009/08/historia-da-ead-no-brasil.html>>. Acesso em 30 nov. 2009.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. .História da educação brasileira: a organização escolar. Coleção memória da educação, São Paulo, 2005. Disponível em:<<http://books.google.com/booksRibeiro>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.oei.es/reformaseducativas/desafios\\_educacion\\_brasil\\_schwartzman.pdf](http://www.oei.es/reformaseducativas/desafios_educacion_brasil_schwartzman.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2009.

TENÓRIO, Nivaldo Corrêa. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos – Uma releitura. Espaço Acadêmico, Rio de Janeiro, ano 8, n. 92, jan. 2009. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/092/92tenorio.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2009.

Universidade Aberta do Brasil. Apresentação. Brasília, 2008. Disponível em : <[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=67](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=67)>. Acesso em 30 nov. 2009.

Autor: **Jair Gonçalves Albeche** – [jairalbeche@yahoo.com.br](mailto:jairalbeche@yahoo.com.br)

Orientador: **Volnei Matte** – [volneim@terra.com.br](mailto:volneim@terra.com.br)